

Orgão de Comunicação	Jornalista	Secção/Suplemento	Data	Página
“PÚBLICO”	João Manuel Rocha	Economia	04/07/2006	39

## CGTP propõe nova contribuição das empresas para a Segurança Social

Governo e parceiros sociais voltam hoje à discussão sobre a reforma. Executivo assinala que ninguém manifestou “vontade de ruptura *a priori*”

JOÃO MANUEL ROCHA

A CGTP defendeu ontem a necessidade de serem encontradas novas formas de financiamento da Segurança Social e propôs uma contribuição das empresas com base no seu Valor Acrescentado Líquido. “Assim já ninguém pode argumentar que uma medida destas prejudica o investimento”, disse a sindicalista Maria do Carmo Tavares, citada pela Lusa, na véspera de uma nova reunião da Concertação Social para discutir o futuro da Segurança Social. A contribuição incidiria sobre o valor acrescentado das empresas depois de retiradas as despesas com salários, contribuições e amortização de investimentos, explicou.

A central sindical afirma-se também contrária à introdução, proposta pelo executivo, do “factor de sustentabilidade” como “solução principal” para a reforma do sistema porque “penaliza apenas os trabalhadores e beneficiários do sistema”.

O factor de sustentabilidade é um índice para associar as pensões ao aumento da esperança de vida. Elemento estrutural da proposta do Governo, o factor de sustentabilidade coloca, em função da esperança de vida no momento da sua reforma, três cenários ao trabalhador: redução da pensão, prolongamento da vida activa para poder ficar com a pensão esperada, ou – terceira hipótese – reforço prévio das contribuições para chegar ao montante previsto de pensão.

A UGT considera também as propostas de alteração da Segurança Social “altamente penalizadoras, quer para os actuais, quer para os novos pensionistas” e defende um “período de transição” para a aplicação do factor de sustentabilidade. Esta central assinala também que a pretendida antecipação para o próximo ano da entrada em vigor da nova forma de cálculo de pensões – que tem em conta toda a carreira contributiva e não os dez melhores dos últimos 15 anos – penaliza quem está perto da aposentação.

O documento que o Governo pôs à discussão prevê também medidas como o

para trabalhadores que se reformam antes dos 65 anos: actualmente fixado em 4,5 por cento por ano de antecipação, passaria para 7,5 por cento para pensões pedidas por quem tem menos de 60 anos e para sete por cento nas requeridas depois dos 60.

A indexação das pensões à inflação e ao crescimento da economia é outras das modificações previstas, tal como a retirada do orçamento da Segurança Social das prestações não contributivas, caso dos abonos, que passariam a ser suportadas pelos impostos. A criação de uma conta individual para onde os contribuintes possam encaminhar descontos superiores aos 11 por cento obrigatórios e a uma majoração de dez por cento no valor do subsídio concedido, a partir do terceiro filho são outras propostas.

### Patrões também fazem reparos

As confederações patronais concordam com o sentido da reforma, mas também fizeram chegar reparos ao Governo. A Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) é elogiosa para o documento governamental, mas considera, por exemplo, necessário “reforçar os benefícios fiscais” aos planos de poupança individual para a reforma e à constituição de planos complementares pelas empresas.

A CCP (Confederação do Comércio e Serviços) afirma que não está contra o prolongamento da vida activa, nem contra os condicionamentos à reforma antecipada, mas declara-se preocupada com a possibilidade de esses mecanismos condicionarem a renovação das empresas. É por isso que discorda dos “valores demasiado elevados” propostos para a penalização de reformas antecipadas.

Um aspecto que preocupa a CAP (Confederação da Agricultura), e que quer ver clarificado pelo Governo, é o das contribuições mínimas dos trabalhadores independentes, que é actualmente de 1,5 salários mínimos por ano. A eventual passagem para dois salários mínimos já em 2007 “teria uma repercussão enorme na agricultura”, afirma o presidente, João Machado.

O Governo continua a considerar que todos se “mantêm empenhados na tentativa de fazer uma boa reforma”, disse ontem fonte do gabinete do ministro do Trabalho, Vieira da Silva. Esse entendimento é baseado no facto de “nenhum ter manifestado vontade de